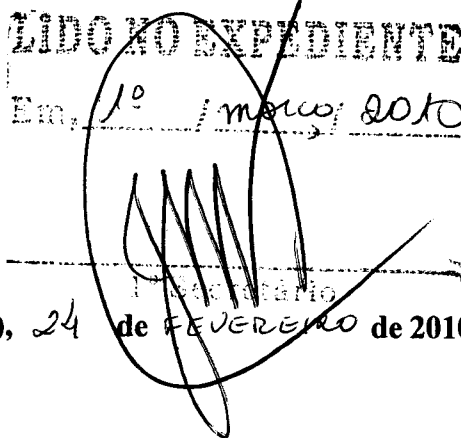




**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 015 /GG**

**Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.**



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que **“Torna obrigatório a exibição de vídeos publicitários ou informações sobre o turismo do Estado do Piauí, nas telas de cinema do Estado”**, pelas razões que seguem:

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral do Estado assim se pronunciou:

*“padece o Projeto de manifesta inconstitucionalidade.*


*Por ele, os proprietários de cinema no Estado do Piauí terão de veicular publicidade sobre o turismo no Estado do Piauí tudo isso **sem nenhum pagamento**, que sequer é mencionado, nem de modo indireto, pelo Projeto.*

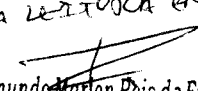
*Ora, o Estado somente pode contratar serviço de publicidade na forma da Lei de Licitações, na qual não existe sequer a previsão de trabalho gratuito.*

*Muito ao contrário, a Constituição expressamente assegura o direito de o Particular oferecer proposta ao Poder Público (art. 37, XXI, CF), garantido-lhe as condições efetivas da proposta formulada.*

*O Projeto examinado viola flagrantemente esse dispositivo constitucional, pois retira do particular o direito até mesmo de formular proposta ao Poder Público, se for do seu interesse.*

*Pelo Projeto, o serviço será necessariamente prestado e sem nenhum pagamento, o que certamente configura enriquecimento sem causa da Administração, o que não é tolerado.*

  
Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

TERESINA-PI, 26.02.2010.  
PASA LEITURA EM SESSÃO  
  
Raimundo Marlon Reis de Freitas  
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

*A atividade de exibição de filmes em cinemas é típica atividade econômica, pois não recebe a qualificação de serviço público pela Constituição ou lei alguma.*

*Se é atividade econômica, a intervenção do Poder Público somente se legitima por imperativo de “segurança nacional” ou de “relevante interesse coletivo” (CF, art. 173), situações essas não presentes neste Caso.*

*Assim, por haver indevida intervenção estatal na atividade econômica, o Projeto também é inconstitucional por violação ao art. 173 da Constituição Federal.”*

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.



**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Governador do Estado do Piauí



## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 04 / 03 / 2010

Elvages  
Conceição de Maria Leões Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antônio  
Uchoa

para relatar.

Em 09 / 03 / 2010

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Constituição



# Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

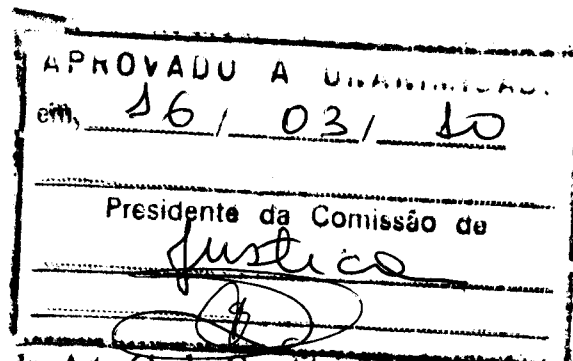
## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**MENSAGEM Nº: 15**

**AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO**

**PROCESSO : AL 253/10**

**RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA**



### I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer à Mensagem do Governador de Nº 15/10 que **VETA TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que “Torna obrigatório a exibição de vídeos publicitários ou informações sobre o turismo do Estado do Piauí, nas telas de cinema do Estado”.

### II – PARECER

Após análise desta relatoria, baseada no estudo da Constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, conclui-se:

Art. 102. Compete privativamente ao Governador do Estado:

.....  
XIV- vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

### II – VOTO

É com base no princípio do **interesse público** que esta relatoria é de parecer favorável ao normal trâmite da presente proposição.

Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 15 de Março de 2010.

**Dep. ANTÔNIO UCHÔA**  
RELATOR

Avenida Marechal Castelo Branco, s/n – Teresina-PI